



INVESTIR EM EDUCAÇÃO

EDITORIAL**P.3** NÃO DESISTIREMOS DE PROPOR MEDIDAS QUE POSSIBILITEM UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**AÇÃO SINDICAL****P.4** ORÇAMENTO DE ESTADO 2022 IGNORAVA A REALIDADE**P.5** FNE ENTREGOU PRÉ-AVISO DE GREVE PARA 5 DE NOVEMBRO**P.6** CARTAZ EDUSUMMIT 2021**P.7 À P.11** REPORTAGEM SOBRE A EDUSUMMIT 2021**P.12, P.13** A OPINIÃO DOS ORGANIZADORES SOBRE A EDUSUMMIT 2021**P.14** VERSÃO CONSOLIDADA DO CCT ENTRE A FNE E A CNEF PUBLICADA NO BTE**P.15, P.16** INICIATIVAS E GALERIA DE FOTOS DO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR 2021**P.17** BATE PAPO DOS PROFESSORES NO WEBINÁRIO DO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR 2021**WEBINÁRIO****P.18 À P.20** CELEBRAR O DIA MUNDIAL DO PROFESSOR «VALORIZAR A ESCOLA É INVESTIR NO FUTURO»**ENTREVISTA****P.21 À P.23** FILINTO LIMA: «AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO É UMA HIPOCRISIA ECONOMICISTA»**NA MINHA OPINIÃO****P.24** OS 45 ANOS DO SPZC E OS PRÓXIMOS TEMPOS**NÃO DOCENTES****P.25** O QUE PRETENDEM OS PORTUGUESES DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS?**P.26** CRISTINA FERREIRA RECONDUZIDA NA PRESIDÊNCIA DO STAAESRA**P.27** CARTAZ DO DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE 2021**INTERNACIONAL****P.28, P.29** RELATÓRIO DA IE DIZ QUE PROFESSORES ESTÃO SOBRECARRREGADOS, MAL PAGOS E DESVALORIZADOS**P.30, P.31** CIMEIRA INTERNACIONAL DA PROFISSÃO DOCENTE 2021: MAIS DIÁLOGO SOCIAL E MAIS EQUIDADE NA EDUCAÇÃO**SAÚDE****P.32, P.33** OMS REVELA: MAIS DE 700 MILHÕES DE HIPERTENSOS SEM TRATAMENTO**LEGISLAÇÃO****P.34** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE SETEMBRO A 25 DE OUTUBRO DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.35** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

OUTUBRO 2021

proprietário
Federação Nacional da Educação**diretor**
João Dias da Silva**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Teresa Morais**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**

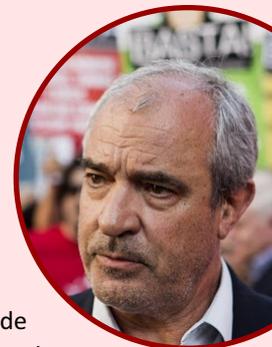
Joaquim Fernandes

redaçãoRua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques e Tiago Soares



NÃO DESISTIREMOS DE PROPOR MEDIDAS QUE POSSIBILITEM UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



A FNE tem sido muito clara ao afirmar e provar que uma educação de qualidade só é possível se tiver os recursos humanos e financeiros que lhe permitam cumprir a responsabilidade de constituir a resposta ao direito à educação.

A verdade é que a educação não tem constituído uma real prioridade para os governos, de que foi exemplo mais recente a proposta de Lei de Orçamento de Estado apresentada para 2022 e que a FNE assinalou de uma forma muito veemente que constituía uma oportunidade perdida para definir políticas de reconhecimento e valorização de todos os Profissionais da Educação – Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, Investigadores, Técnicos Superiores e Especializados, Formadores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais – em termos de remuneração, desenvolvimento de carreiras, condições de trabalho e de bem-estar e mecanismos específicos de acesso à aposentação.

O Orçamento de Estado que a Assembleia da República rejeitou esqueceu a educação, as escolas, os alunos e os professores, constituindo, na prática, um orçamento que prosseguia uma política de falta de investimento na Educação e que não previa soluções para os principais problemas que afetam o sistema educativo e os seus profissionais.

Por outro lado, e para além das insuficiências de que o Orçamento de Estado padecia em relação ao setor da Educação, ele constituía também uma falta de oportunidade para a valorização de todos os trabalhadores da Administração Pública, ignorando a necessidade de intervir em termos da sua valorização ao nível remuneratório – depois desta quase ausência de aumentos

salariais desde 2009 ao nível de desenvolvimento de carreira e de regimes de avaliação de desempenho, ou de acesso à aposentação.

Mas, para além destas preocupações, e ao longo de todo este tempo não deixamos de insistir na necessidade de que se concretize um efetivo diálogo social no setor da Educação, com o reconhecimento do direito à participação das organizações sindicais na determinação e acompanhamento das políticas educativas, assim como a promoção de uma escola de qualidade.

Estas são orientações que levámos para a Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente e durante a qual conseguimos o estabelecimento de um compromisso em que o Ministério da Educação está envolvido.

São estas as orientações que nos vão nortear no trabalho que vamos ter de realizar junto dos Partidos Políticos, antes das próximas eleições antecipadas.

E são estas as orientações que nos mobilizem para comemorarmos no próximo dia 24 de novembro o Dia Nacional do Trabalhador Não Docente.

Estas são oportunidades que a FNE não perde no combate permanente à ausência de medidas que possibilitem uma Educação de qualidade, com profissionais reconhecidos e valorizados.

João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral

ORÇAMENTO DE ESTADO 2022 IGNORAVA A REALIDADE

A FNE deixou reforçado em comunicado no dia seguinte à apresentação do Orçamento de Estado (OE) para 2022 - entretanto chumbado pelo Parlamento na generalidade - que a redução da despesa com remunerações não era compatível com o divulgado reforço de meios para levar por diante o plano de recuperação das aprendizagens (PRR).

A FNE considerou como mais uma oportunidade perdida para que a mudança pudesse ocorrer na educação em Portugal, a proposta de Orçamento de Estado para 2022, entregue no dia 11 de outubro na Assembleia da República e que mais uma vez esquecia os profissionais da Educação, por não prever nenhuma medida que os valorize e que contribua para aumentar a atratividade do trabalho no setor.

Não sendo novidade, considerou a FNE, o peso das remunerações com o pessoal atinge os 66,2%, mas é inferior ao que se prevê que seja executado em 2021. Para a Federação, não era com estes meios que se conseguia assegurar que os docentes e não docentes atribuídos à Educação sejam em número suficiente para responderem às necessidades permanentes do sistema educativo e se vejam valorizados em termos remuneratórios e de progressão em carreira, e muito menos na concretização da conclusão da plena recuperação do tempo de serviço, que esteve congelado durante 9 anos, 4 meses e 2 dias.

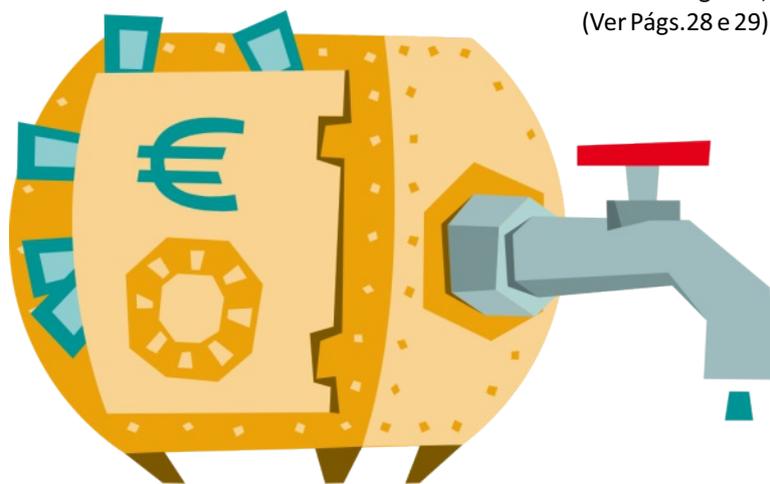
Ficou ainda frisado em comunicado que com a anunciada redução de meios para as remunerações, não se entende como é que se pode anunciar que, no quadro da concretização do Plano de Recuperação das Aprendizagens, se preveja o reforço de recursos humanos (mais professores e técnicos especializados, através do reforço de créditos horários e do alargamento dos programas de tutoria) e a sua formação contínua.

Já em termos de ensino superior e investigação, continuou a assinalar-se que não se atingiria o objetivo que se deveria ter já consolidado de um rácio de pelo menos 3%. Desta forma, e para além da insuficiência dos meios afetos às Instituições em termos das transferências que lhes deveriam ser garantidas, também não se avançaria tão fortemente quanto seria necessário em termos de investigação e inovação.

Este era, portanto para a FNE, um orçamento que ignorava a realidade, que não previa a eliminação da precariedade, os apoios necessários à mobilidade dos profissionais da educação, a necessidade mais que urgente de rejuvenescimento ou condições dignas de aposentação.

Acrescia a isto o facto de a despesa na educação não atingir sequer os 4% do PIB, algo que contraria as orientações que neste domínio, quer a OCDE, quer a UNESCO não se cansam de aconselhar, e que apontam para a necessidade de os Estados atribuírem ao sector da Educação um peso de pelo menos 6%.

Por outro lado, a pandemia da COVID-19 demonstrou que a falta de investimento na Qualidade da Educação é responsável por danos estruturais, que dificultam o confronto dos profissionais com os grandes desafios que temos pela frente. A Internacional da Educação (IE) acaba de publicar o seu relatório global sobre “A Situação dos Professores e da Profissão Docente”, concluindo que os docentes estão sobrecarregados, mal pagos e desvalorizados. (Ver Págs.28 e 29)



FNE ENTREGOU PRÉ-AVISO DE GREVE PARA 5 DE NOVEMBRO



www.fne.pt

A FNE entregou a 20 de outubro um Pré-aviso de Greve para o dia 5 de novembro de 2021, data em que o Ministro da Educação estará na Assembleia da República a defender o seu Orçamento de Estado 2022 que, como a FNE já referiu na primeira apreciação que dele fez, "ignora a realidade e esquece os profissionais da Educação".

A FNE considera que mais uma vez, e agora de uma forma ainda mais gravosa, o Orçamento de Estado esquece a educação, as escolas, os alunos e os professores. É, na prática, um orçamento que prossegue uma política de falta de investimento na Educação e que não prevê soluções para os principais problemas que afetam o sistema educativo e os seus profissionais.

Como a FNE vem a defender em múltiplas oportunidades, a exemplo do Roteiro para a Legislatura que a FNE entregou ao Ministro da Educação em janeiro de 2020, "é imprescindível que o Orçamento de Estado para 2022 atribua à Educação os recursos financeiros adequados, no sentido de se conseguir que estes venham a representar 6% no quadro orçamental".

Mas, para além deste objetivo, a FNE sublinha ser incontornável a concretização de um efetivo diálogo social no setor da Educação, com o reconhecimento do direito à participação das organizações sindicais na determinação e acompanhamento das políticas educativas, assim como a promoção de uma escola de qualidade, com políticas de reconhecimento e valorização de todos os Profissionais da Educação – Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e Superior, Investigadores, Técnicos Superiores e Especializados, Formadores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais – em termos de remuneração, desenvolvimento de carreiras, condições de trabalho e de bem-estar e mecanismos específicos de acesso à aposentação.

São cada vez mais urgentes medidas que tornem a carreira atrativa, tanto em apoios à mobilidade, como de combate ao envelhecimento e da promoção do rejuvenescimento de educadores e professores.

Este pré-aviso de greve, afirma a FNE, serve de alerta para o Governo, e particularmente para o Ministério da Educação, que tem vindo sistematicamente a desvalorizar o diálogo social, recusando sucessivamente a apreciação das propostas apresentadas, em nome dos Trabalhadores da Educação, negando também a promoção de políticas, em contexto de negociação coletiva, capazes de responder aos grandes constrangimentos da condição docente e aos desafios educativos e transformacionais que temos pela frente.

Acresce a tudo isto que o Ministério da Educação não apresenta propostas que correspondam a esta necessidade, como ainda recusa a apreciação das propostas que lhe são apresentadas, revelando uma indiferença inaceitável em relação a todos os estudos que apontam para a necessidade de se combater o excessivo

No dia 3 de novembro, dirigentes sindicais da FNE vão dirigir-se ao Ministério da Educação para entregar uma carta crítica sobre o Orçamento de Estado.

GREVE

5 NOV 2021

desgaste associado à profissão docente, nomeadamente através de medidas que assumam uma clara e inequívoca distinção do conteúdo das componentes letiva e não letiva do trabalho docente e que respeitem os limites do tempo de trabalho, promovendo a indispensável conciliação do tempo de trabalho com o tempo de vida pessoal e familiar.

A FNE anunciou ainda que vai fazer chegar aos Grupos Parlamentares, com assento na Assembleia da República, uma **Carta Aberta** denunciando o esquecimento dos trabalhadores da Educação e os sucessivos pedidos de reuniões, para apresentar as suas críticas às insuficiências do Orçamento de Estado para 2022.

Já no dia 3 de novembro, dirigentes sindicais da FNE vão dirigir-se ao Ministério da Educação para entregar uma carta crítica sobre o Orçamento de Estado 2022.

evento online

edu summit

1 2 3 out. 2021

***Inovar
Potenciar
Transformar
Pensar a Educação
no Pós-pandemia.***



EDUSUMMIT 2021 ULTRAPASSOU TODAS AS EXPETATIVAS

Iniciou-se a 1 de outubro, em ambiente digital, a primeira edição da EDUsummit, promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE), a Universidade Aberta (UAb) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), sob o lema “Inovar, Potenciar, Transformar, Pensar a Educação no Pós-pandemia”.

Iniciativa inédita em Portugal, a EDUsummit conta com cerca de 50 oradores convidados, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa, reunindo investigadores, académicos, educadores e professores, diretores, projetos escolares, alunos e outros especialistas que, com o seu contributo e a sua reflexão no âmbito da educação no pós-pandemia, vão suscitar um debate alargado a uma multiplicidade de perspetivas.

PARTILHAR CONTRIBUTOS PARA UM FUTURO EM COMUM

A sessão de abertura ficou a cargo de João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, e José das Candeias Sales, Vice-Reitor da UAb para o ensino, formação e organização académica. Coube a João Dias da Silva as primeiras palavras de saudação que foram dirigidas a todos os que contribuiram para esta cimeira, seguindo-se uma apresentação sobre os grandes temas que regem três dias de debate sobre os desafios para a educação na pós-pandemia. O SG da FNE reforçou a ideia de que é necessário fazer uma reflexão ampla sobre as várias dimensões do sistema educativo e também convocar os oradores dos diferentes painéis para uma partilha de pensamentos sobre o desconhecido, que é aquilo como se apresenta o futuro da educação.

O Vice-Reitor da UAb deixou também agradecimentos aos vários atores da sociedade que vão participar nesta EDUsummit e insistiu na necessidade de, com os vários contributos, suscitar debates que possam ter reais implicações na busca por uma melhor Educação. Para José das Candeias Sales, há vários desafios pela frente. Nas suas palavras "é preciso garantir a inovação e para isso usar tecnologias, apostar na educação digital, melhorar estruturas e ajustar os docentes à nova realidade. Nunca ignorando o que se passou, e rejeitando voltar à casa de partida".



Seguiu-se a primeira Masterclass da EDUsummit, sobre “O papel do professor no mundo em transformação”, que contou com o professor Joaquim Azevedo, da Universidade Católica, como orador. Reconhecido como um dos maiores conhecedores do sistema educativo português, aquele que é também o mais antigo membro do Conselho Nacional de Educação, destacou os vários desafios que o mundo tem pela frente e que atingem também a educação, como as alterações climáticas ou a mudança digital, nomeando de seguida as dificuldades que se apresentam para melhorar o sistema letivo.

O primeiro dia da EDUsummit fechou com três salas de debate em paralelo. Na sala 1 debateu-se o papel dos Diretores das escolas, com António Castel-Branco (AE Ferreira de Castro – Sintra), Bernardette Almeida (AE de Sines) e Mário Santos (AE Benavente), com Cláudia Neves da UAb na moderação. Na sala 2, o debate centrou-se em torno dos "Projetos Escolares", com a participação de Paulo Torcato (AE Portela e Moscavide), Emília Oliveira, do Projeto ALEA, e de Sofia Lucas, da Ciência Viva / Pavilhão do Conhecimento, moderados por Rui Maia, da Universidade Fernando Pessoa. E na sala 3 o tema versou sobre “Projetos de investigação sobre as escolas”, com Joaquim Santos da FNE a moderar o debate, que teve como convidados Maribel Miranda-Pinto (Instituto Politécnico de Viseu e Investigadora no CIED - Universidade do Minho), Lúcia Amante (UAb) e Luís Tinoca (Universidade de Lisboa).

O SG da FNE reforçou a ideia de que é necessário fazer uma reflexão ampla sobre as várias dimensões do sistema educativo e também convocar os oradores dos diferentes painéis para uma partilha de pensamentos sobre o desconhecido.

O FUTURO JÁ CHEGOU, FALTA É DISTRIBUÍ-LO

“A transição digital não é só digital e exige três transformações essenciais: organizacional, cultural e pedagógica. Sem uma apropriação cultural das tecnologias nas escolas vamos ter apenas uma transformação rápida, que não transforma nada”. Este é o resumo da masterclass do Professor António Dias Figueiredo (Universidade de Coimbra), que podia ser de igual modo a súmula do programa do segundo dia da EDUsummit, organizado pela FNE, Universidade Aberta (UAb) e AFJET, que decorreu na manhã e tarde de 2 de outubro de 2021.

O programa do segundo dia começou com uma mesa redonda sobre “As lideranças educativas como potenciadoras de inovação”, composta por quatro oradores: Filinto Lima (ANDAEP), Leonor Lima Torres (Universidade do Minho), Nuno Fraga (Universidade da Madeira) e Rodrigo Queiroz e Melo (CNEF- Confederação Nacional de Educação e Formação). Numa moderação a cargo de Cláudia Neves (UAb), a mesa redonda refletiu sobre o papel das lideranças educativas como meio de gerar inovação, sublinhando os seus limites e potencialidades no contexto escolar. Os oradores desta mesa redonda focaram-se também nas diferenças entre aquilo que já sabemos e na realidade que temos na educação em Portugal, propondo caminhos a seguir de futuro.

Centrando-se depois na intensificação das incertezas, riscos e imprevisibilidades, a mesa redonda deteve-se nos fatores em que as lideranças podem fazer a diferença, analisando possíveis cenários em aberto na pós-pandemia. Filinto Lima enfatizou vários constrangimentos no funcionamento das escolas, realçando a falta de atratividade para diretores e professores, os recursos cada vez mais parcos, a falta de confiança da tutela, uma diminuta autonomia ou as injustiças no processo de avaliação, quer de diretores, quer de professores.

Rodrigo Queiroz e Melo acentuou que inovar é tornar novo de forma intensiva, que a Educação não pode continuar espartilhada e que a diversidade de professores é positiva para o sistema educativo. Por seu lado, Nuno Fraga concluiu a sua apresentação lembrando que uma liderança distribuída é sempre catalisadora da participação e da corresponsabilidade, com resultados significativos para uma educação de qualidade.

Pelas doze horas, a EDUsummit ofereceu duas salas simultâneas, a primeira das quais sob o lema “Pensar a Educação fora da escola”. Aqui foram protagonistas Margarida Mano (Universidade Católica) e o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, moderados pela jornalista e escritora Manuela Goucha Soares. Os oradores consideraram que o blended learning (combinação entre o presencial e o digital) veio para ficar e que a qualidade educativa vai ter muito que ver com manter e reforçar, cada vez mais, o papel da formação e da educação com um bem comum. Com uma jornalista na sala, debateu-se igualmente o papel do jornalismo na educação, exigindo-se uma escola forte e um cada vez maior cumprimento do exercício de cidadania por todos.

Na segunda sala simultânea conviveram José Matias Alves (Universidade Católica) e António Nunes (Centro Internacional de Ensino e Investigação Fernão de Magalhães), com moderação de Graça Moura, Diretora do AE André Soares, de Braga. O tema foi aqui sobre “Pensar o aluno como construtor da sua própria aprendizagem”. José Matias Alves centrou a sua apresentação na relevância de se dar voz ao aluno, relevando que a avaliação não é um fim e que urge que professor, aluno e escola aprendam os sentimentos vividos, sublinhando as lições transmitidas pelo cientista António Damásio sobre a importância das emoções.

António Nunes frisou que ainda vivemos a herança da grande transformação do século XVIII e abordou as razões por que ainda fomos capazes apenas de tão poucas mudanças. Em sua opinião, existe uma ignorância da construção da profissão docente e defendeu a urgência do regresso dos pedagogos à escola. Para António Nunes temos que acabar com a “ignorância espalhada” em inúmeros compartimentos, melhorando o “ambiente educativo”, que deve ser “produtivo, e não reprodutivo”. Respondendo aos participantes, José Matias Alves referiu que “a matriz da escola é de separação (salas, tempos, turmas, departamentos...)”, pelo que só a proximidade e a atenção aos outros “curarão todas as feridas”. Para ele, 50% do currículo tem de ser interdisciplinar e transdisciplinar e o triângulo currículo, professor e aluno tem que estar sempre em sintonia.

O blended learning (combinação entre o presencial e o digital) veio para ficar e que a qualidade educativa vai ter muito que ver com manter e reforçar, cada vez mais, o papel da formação e da educação com um bem comum.

NÃO CHEGA TER EQUIPAMENTOS

O período da tarde abriu com a segunda mesa redonda do dia, dedicada à "Transformação, diversidade e inclusão em Educação", com moderação de Rui Maia (Universidade Fernando Pessoa). Joaquim Pintassilgo (Universidade de Lisboa) abordou os caminhos que a inovação pode seguir no sistema educativo, realçando a pluralidade de modelos que daí podem advir. Joaquim Pintassilgo deixou a mensagem de que "não há inovação sem tradição" e que temos que valorizar o ensino intelectual, mas também a parte física, as regras de cidadania e a responsabilidade para com a Natureza. No fundo, "ver a inovação como um compromisso ético e social para o futuro".

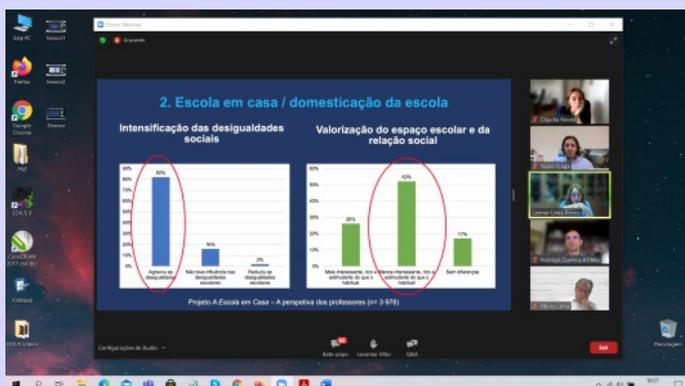
Em seguida Teresa Alvarez (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) ofereceu o seu contributo sobre a dimensão da inclusão, fatores de não inclusão e o momento de viragem que aconteceu em 2017, quando as políticas educativas convergiram com as de igualdade. José António Moreira (Universidade Aberta) fechou esta mesa redonda, apresentando as linhas principais do seu projeto relativo à integração de questões educacionais em ambiente prisional. Para este especialista, é possível - com resiliência - alcançar realidades digitais que muitos consideravam praticamente impossíveis, tais como a criação e aplicação de um campus virtual que permite a integração de indivíduos em regime prisional, em turmas para aprendizagens de 2º e 3º ciclo.

Pelas 16h00 decorreu a segunda masterclass da EDUsummit, sobre "Transformação digital e Inovação", protagonizada por António Dias Figueiredo, com moderação de Diogo Casa Nova

(UAb). Reconhecido como um dos maiores especialistas nacionais e internacionais em transformação digital e inovação, António Dias Figueiredo defendeu que o smartphone é um instrumento pedagógico universal de grande potencialidade (para crianças, jovens e adultos) e que - aludindo ao Portugal Digital e ao Plano de Resolução e Resiliência - as grandes transformações não se fazem apenas com equipamentos. O reputado educador sublinhou que "temos que assumir uma disrupção permanente" e ao fechar a sua aula recordou a famosa resposta do professor universitário norte-americano Bill Gibson, segundo a qual "o futuro já chegou, está é mal distribuído".

O dia fechou com uma terceira mesa redonda, com Luísa Lebres Aires (UAb) e Leandro Silva Almeida (Universidade do Minho), repetindo o tema da masterclass anterior, mas desta feita com moderação de Fernando Caetano (UAb). As duas professoras da UAB defenderam a formação para professores a distância, criticando a forma como tudo durante a pandemia esteve virado para culturas pedagógicas, forçando os professores a descobrir metodologias e ferramentas para alcançar algo que, para muitos, era impensável. Para ambas é preciso criar uma cultura de escola e empoderar os professores. Já Leandro Silva Almeida reforçou a potencialidade das ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem. Em sua opinião, a pandemia aproximou famílias e escolas e é fundamental que isso continue a acontecer: "Temos de alcançar vitórias nos desafios relativos à eficiência e eficácia na aprendizagem. Temos necessidade de inovação pedagógica. Os alunos já não vivem sem tecnologia e é preciso mudar a escola e tornar a carreira de professor aliciante".

Temos que valorizar o ensino intelectual, mas também a parte física, as regras de cidadania e a responsabilidade para com a Natureza.





«A TECNOLOGIA TEM DE SERVIR PARA AUMENTAR O POTENCIAL HUMANO»

Uma brilhante análise de apresentação de conclusões, feita pelo Professor Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto), marcou o terceiro e último dia da primeira edição da EDUsummit 2021, uma organização tripartida da Federação Nacional da Educação (FNE), Universidade Aberta (UAb) e Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), que reuniu 50 oradores, académicos, investigadores, educadores, professores e sociedade civil, num total de mil participantes.

O programa de domingo de manhã começou com uma mesa redonda sobre “Formação de Professores”, que juntou Isabel Alarcão (Universidade de Aveiro), Rui Trindade (Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua – CCPFC, do Ministério da Educação) e Maria Figueiredo (Escola Superior de Educação de Viseu), moderados por Ana Mouraz (UAb). Isabel Alarcão, nome incontornável da formação de professores em Portugal, foi buscar as palavras de António Nóvoa, sobre um tempo, que é o nosso, “que exige um relacionamento novo com tudo”, inclusive com a formação inicial e contínua de professores.

Depois de felicitar a ideia da EDUsummit e o modo como decorreu, Isabel Alarcão caracterizou os tempos de pandemia e os muitos fatores de que tomámos consciência, como a fragilidade dos humanos, a importância da Ciência e dos cientistas, a espontaneidade da entreatajuda, a capacidade de adaptação da escola e dos Professores ou a importância do triângulo Escola-Família-Autoridades Locais. Falando das implicações de um mundo volátil, complexo e ambíguo na formação de professores, Isabel Alarcão salientou que os professores têm que aprender a



reestruturar os saberes inerentes à sua profissão (científicos, pedagógicos e tecnológicos) e a desenvolver uma melhor mediação entre o saber e o aluno. Mas devem também reimaginar a educação, fazer ajustes no perfil do professor e perceber que o seu papel no mundo em transformação os torna potenciais transformadores.

Em seguida, Rui Trindade (que apelidou Isabel Alarcão como “a voz de todos nós”) apresentou o seu contributo para uma reflexão em torno da formação contínua de professores, começando por abordar até que ponto é que aquela poderá contribuir para o desenvolvimento da literacia curricular e pedagógica dos docentes, que lhes permite identificar as suas possibilidades de intervenção como professores. O Presidente do CCPFC centrou depois a sua análise na problemática do conhecimento profissional dos docentes e nas implicações ao nível do perfil dos formadores quando o tema é a literacia curricular e pedagógica de professores. Para Rui Trindade, os professores são muito importantes para a construção do conhecimento profissional e a profissão docente não tem necessariamente que ficar inscrita num clima de conflito e mal-estar.

Pensar a formação inicial de professores foi o tema abordado por Maria Figueiredo, que sublinhou que é necessário valorizar os passos que se tomam de estudante até professor e usar “todo o património que o ensino nos oferece”. Em seu entender, é urgente convocarmos uma atitude investigativa, a produção de conhecimento e uma autoria/posse, que precisa de estar mais presente na formação inicial: “A investigação ajuda a identificar e criticar o conhecimento. Por isso, temos de formar professores que reproduzam o conhecimento, porque a posse de um saber distinto é uma característica das profissões”.

Mas devem também reimaginar a educação, fazer ajustes no perfil do professor e perceber que o seu papel no mundo em transformação os torna potenciais transformadores.

Maria Figueiredo acentuou que temos de ter professores que, mesmo com poucos recursos, abram uma janela para o futuro e deixem outros entrar. O refazer das nossas práticas deve assim ser feito “em companhia”, pois como escreveu Stenhouse em 1975 “os professores devem possuir a capacidade para o desenvolvimento profissional autónomo através do estudo sistemático das suas práticas e do trabalho de outros professores”, assim como através do questionamento e verificação de teorias com base em procedimentos de investigação na sala de aula. Na resposta a questões dos participantes, Isabel Alarcão sublinhou que “quanto a acrescentar disciplinas na formação inicial penso fora da caixa, pois duvido da sua eficácia”. Quanto à atitude investigativa, Isabel Alarcão reforçou que aquela deve estar presente em todas as disciplinas. Por seu lado, Rui Trindade frisou que os professores deviam ter tempo para pós-graduações e que devíamos desligar a avaliação de desempenho da progressão de professores.

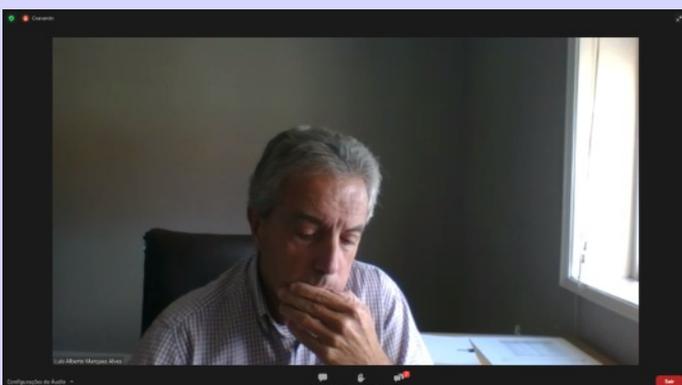
Pelas 11:30 a EDUsummit ofereceu a última Edutalks, desta feita sobre “Tecnologia ao serviço da educação”. Pedro Barreiros (FNE/AFIET) moderou o debate entre Sérgio Tenreiro de Magalhães (Champlain College, Vermont – EUA) e Pedro Duarte (Microsoft). Sérgio Tenreiro começou por delinear o Terreno do Treino e o Terreno da Educação de Portugal, referindo que o papel do educador tende a ser pequeno e isso tem de ser mudado. No fundo, acabamos por ser mais treinados que educados, parecendo que tudo é feito por obrigação e não para valorização do indivíduo. Sérgio Tenreiro salientou as oportunidades trazidas pela tecnologia e questionou o papel de algumas grandes empresas, que estão a entrar no mercado da formação, num confronto económico muito desigual para a maioria das instituições de ensino superior.

Por seu lado, Pedro Duarte debateu o impacto da evolução da tecnologia na sociedade, que teve uma revolução de velocidade e de abrangência muito grande nos últimos anos. A evolução atinge todos os setores, pelo que se torna indispensável traçarmos um rumo para o que queremos do ensino e educação e o que pretendemos da própria tecnologia. O futuro requer uma necessidade de atualização permanente e é necessário dotar as crianças de flexibilidade cognitiva e mentalidade crescente. Para Pedro Duarte, a tecnologia tem de servir para aumentar o potencial humano. E isso é alcançável “através de ensino a distância, salas mais modernas e um ecossistema mais colaborativo”.

O encerramento deste evento coube a Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto), que apresentou, com brilhantismo, as conclusões desta primeira edição da EDUsummit. Mereceram destaque na sua análise as grandes questões levantadas ao longo dos dias 1, 2 e 3 de outubro de 2021, resumidas no tema globalizante da EDUsummit “Inovar, Potenciar, Transformar, Pensar a Educação no Pós-Pandemia” e fortemente aplaudidas pelos participantes no bate-papo da plataforma. O Professor Alberto Marques Alves deixou um pedido: que para o ano se dê uma voz forte aos alunos, para percebermos o que verdadeiramente eles pretendem da escola. A terminar registou um grande elogio à organização da FNE, UAb e AFIET, também pela ousadia que souberam demonstrar.

A EDUsummit fechou com um pequeno vídeo de encerramento, que lançou desde logo o convite para a II edição em 2022.

Os professores deviam ter tempo para pós-graduações e que devíamos desligar a avaliação de desempenho da progressão de professores.



«Um evento vivido intensamente, desde a sua conceção, onde cada dia foi uma oportunidade... e no final ficou a soma de satisfação, orgulho e apreço pelo trabalho realizado, por uma excelente equipa e ainda a "estranha" vontade de querer fazer mais».

*Pedro Miguel Barreiros
FNE/AFIET*

«Inovadora oportunidade, de excelência, que deve ter continuidade, para, no pós-pandemia, discutir construtivamente a educação por partilha fundamentada de saberes e de experiências».

*Rui Leandro Maia
Universidade Fernando Pessoa*

«Edusummit, uma jornada de reflexão e um contributo que abriu as portas para uma nova visão e um novo paradigma de escola»

*José Ricardo
FNE/AFIET*

«Uma ação de formação inédita, memorável, organizada de modo excelente, e integralmente vocacionada para o seu mote principal: Inovar, Potenciar, Transformar, Pensar a Educação no Pós-pandemia. Com especialistas de primeira água, as centenas de participantes viram desfilarem, a um só tempo, a escola do passado, do presente e a escola que pretendemos de futuro, sempre com a preocupação principal de uma Educação (total) de Qualidade ao Longo da Vida, virada para um papel transformacional do Educador e Professor e para a inclusão e sucesso de todos os alunos, sejam eles, crianças, jovens ou adultos».

*Joaquim Santos
FNE/AFIET*

edu summit

1 2 3 out.
2021

Inovar
Potenciar
Transformar
Pensar a Educação
no Pós-pandemia.

«A EDUsummit 2021 foi uma iniciativa desafiadora, enriquecedora e gratificante, quer a nível pessoal, quer a nível profissional, pela diversidade e excelência dos temas apresentados, pela partilha de saberes e experiências promotoras de sucesso que nos enriqueceu a todos.»

Joaquim Fernandes
FNE/AFIET

«Pode parecer presunção um membro da organização afirmar que a EduSummit foi um sucesso, mas, nesse caso, deixem-me ser presunçoso: a qualidade dos oradores, dos moderadores e dos colaboradores congregados, a forma como deram corpo e voz ao evento e a relevância dos temas propostos estão seguramente subjacentes ao apreço e ao reconhecimento daqueles que o expressaram através dos questionários de satisfação e de mensagens. Devido a isso, reforçou-se o nosso compromisso de continuar o evento em 2022..., sem dúvida, com responsabilidade e empenho acrescidos!»

José Sales
Universidade Aberta

«A existência humana está hoje completamente absorvida pela informação e atividade, que muitas das vezes nos anestesia e nos faz perder a visão real dos contextos. A educação é uma realidade complexa onde estão presentes vários agentes com crenças e perspetivas diferentes. Juntar alguns deles num evento de 3 dias foi um enorme desafio. A EDUSUMMIT possibilitou-nos tempo para ouvir e refletir sobre o real e o ideal, para nos (auto)questionarmos sobre crenças e práticas e permitiu-nos desconstruir e pensar em novos caminhos de reconstrução do sentido da experiência educativa. Foram 3 dias onde se procurou explorar a dimensão académica, científica, profissional e prática da educação, valorizando a experiência e a prática dos atores do terreno. Reinventando discursos sobre a Educação longe da pandemia, ampliamos o nosso conhecimento sobre a complexidade e incerteza da inevitável mudança educativa que requer o envolvimento de todos.»

Cláudia Neves
Professora Auxiliar Universidade Aberta



VERSÃO CONSOLIDADA DO CCT ENTRE A FNE E A CNEF PUBLICADA NO BTE

A versão consolidada do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) entre a FNE - Federação Nacional da Educação e a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), contendo a alteração salarial e outras, foi publicada, em 8 de outubro de 2021, no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), número 37, Volume 88.

A versão consolidada do CCT, que regula as condições de trabalho de todo o setor privado da educação (Docentes e Não Docentes do Ensino Particular e Cooperativo e Escolas Profissionais), contempla a revisão das tabelas salariais, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2021, considerada que foi a necessidade de adequar as tabelas da última revisão do contrato (de 29 de agosto de 2020) ao salário mínimo nacional.

Esta convenção entre a FNE e a CNEF abrange 600 empregadores e 32.153 trabalhadores, bem como os trabalhadores que a ela adiram.

A FNE continua a ser a única organização sindical do setor da educação a conseguir manter um CCT que regula as relações de trabalho do setor privado da educação, procurando com esta assinatura alcançar novas valorizações de carreira de alguns níveis remuneratórios dos trabalhadores Assistentes Educativos e dos Técnicos, com aumentos que variam entre os 1,52% e os 4,69%.

A FNE sublinha que esta revisão de alguns níveis remuneratórios destas carreiras se deve ao cumprimento da cláusula que prevê ajustamentos salariais no decurso da vigência bienal 2020/2022, do Contrato Coletivo.

A FNE e os seus sindicatos irão avançar brevemente com uma proposta de revisão global do CCT com a CNEF, que será discutida com os seus associados e posteriormente entregue à Confederação Patronal, para iniciar o processo de negociação previsto para 2022.

Esta convenção entre a FNE e a CNEF abrange 600 empregadores e 32 153 trabalhadores, bem como os trabalhadores que a ela adiram.

INICIATIVAS POR TODO O PAÍS MARCARAM O DIA MUNDIAL DO PROFESSOR 2021

O hasteamento da bandeira "Obrigado Professor" em várias escolas do país, entre os dias 4 e 8 de outubro, e um concerto online com o jovem artista, Francisco Correia (participante do Got Talent Portugal), organizado pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no dia 4 de outubro, foram o ponto de lançamento das iniciativas que a Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sindicatos levaram a cabo nas celebrações do Dia Mundial do Professor de 2021.

No dia seguinte, 5 de outubro, as celebrações prosseguiram com a realização às 17h00 do webinar "Sindicatos pela atratividade da profissão docente", com líderes dos sindicatos de docentes pertencentes à FNE como oradores e com João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, na moderação. (ver páginas 18, 19 e 20)

Este ano sob o tema "Sempre presentes", definido pela Internacional da Educação (IE), a FNE procurou reforçar a mensagem de homenagem sobre a importância do reconhecimento pela sociedade do papel fundamental que os professores desempenham nos momentos difíceis que vivemos, tendo estado sempre presentes e colmatando as enormes insuficiências, tantas vezes sublinhadas de um sistema de educação e formação no qual tão pouco se tem investido, ao longo de tantos e tantos anos.

O Dia Mundial do Professor foi mais uma vez, uma jornada de reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses, pois só com educadores, professores, formadores e investigadores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor, de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

A FNE não desiste de procurar construir um futuro de valorização para os docentes. E será junto com os nossos Sindicatos fortes e ativos que o poderemos fazer. Só juntos conseguiremos criar propostas e atingir objetivos, na defesa das nossas soluções e nas ações que forem necessárias para as atingirmos.

O Dia Mundial do Professor comemora-se anualmente em todo o mundo no dia 5 de outubro, celebrando a profissão docente e o papel que os profissionais da Educação desempenham na procura de uma sociedade mais justa, equitativa, sustentável e de qualidade para todos. Foi em 1994 que a data foi decidida pela UNESCO e pela IE, como forma de reconhecer a importância da Declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, esta última concretizada em 5 de outubro de 1966.

O Dia Mundial do Professor foi mais uma vez, uma jornada de reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses.



GALERIA FOTOS



bate-papo



DIA ^{5 out 2021} MUNDIAL DO PROFESSOR

PORTUGAL

www.fne.pt



Gabriel Constantino: Dia Mundial do Professor - "Vivam os Professores".

Pedro Barreiros: Já alguém ouviu alguma palavra/intervenção do ministro da educação, por ocasião do Dia Mundial do Professor?

Joaquim Cunha: O etéreo ministro, desculpem o inexistente ministro, desculpem outra vez, qual ministro? Aquela figura fugazmente identificada pelo PR na imposição das condecorações aos heróis do Futsal?

Ana Santana: Concordo em absoluto que é necessário repensar a avaliação porque esta é neste momento um fator gerador de desarmonia nas nossas escolas. Uma avaliação nunca poderá premiar o mérito quando existem constrangimentos legais como a existência de quotas.

António Jorge Pinto: Pelas intervenções que tivemos ficou claro que sabemos muito bem o que queremos e como tornar a nossa carreira mais atrativa. Pena, muita pena que não tenhamos um interlocutor à altura e que tenha a honestidade necessária para reconhecer e valorizar a nossa classe.

Paulo Alexandre Dias: Ah, e já nem menciono o esbulho de que fomos alvo em parte substancial dos 9 anos de congelamento.... Ah, e fomos gozados com a peregrina solução imposta pelo governo.

Ana Sampaio: Recordo neste Dia, enquanto aluna : assisti a lutas sérias por parte do meu sindicato e da FNE; enquanto profissional também; a luta pelo ECD justo e com equidade, hoje urge fazermos mais e mais. obrigada a todo o 1º grupo que nos anos 70 fez nascer todo este caminho.

Maria Luísa Cerdeira Romão: Realmente é urgente mobilizar todos os colegas! Só assim e juntos, poderemos por em ação o que achamos justo e necessário para a nossa carreira!!

Ana Maria Costa Desterro Simões da Silva: No 1º Ciclo, exigem-nos que lecionemos Português e PLNM ao mesmo tempo. É de loucos!!

Rosa Bessa: Muito bom. mais uma vez sinto que o caminho é avançar e nunca desistir.

Maria Goreti Ferraz: Somos professores, somos resilientes. Sempre presentes, acalentamos a esperança, somos essa esperança. Viva o dia Mundial do Professor!

Maria Arminda Andrade Campos: Até o Presidente da República se esqueceu dos professores, não ganharam nenhum jogo.

Isabel Azevedo: É verdade não ganhamos nenhum jogo. Mas todos os dias "jogamos", Ensinamos em campos onde os alunos todos diferentes mas que merecem um trato e motivações para aprender marcamos golos constantes. obrigada . Viva o nosso dia





CELEBRAR O DIA MUNDIAL DO PROFESSOR

«VALORIZAR A ESCOLA É INVESTIR NO FUTURO»

Valorizar a carreira, rejuvenescer o corpo docente e combater a precariedade. Foram estes os pontos comuns apontados pelos líderes dos sindicatos de docentes pertencentes à FNE, presentes no webinar "Sindicatos pela atratividade da profissão docente", realizado na tarde de 5 de outubro de 2021, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Professor.

Numa ação distribuída por mais de uma hora, e que teve João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE na moderação, coube a Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente do SPZN (Sindicato dos Professores da Zona Norte) lançar esta troca de contributos, lembrando o papel inicial da iniciativa EDUsummit - que decorreu em 1, 2 e 3 de outubro - na promoção do debate neste tempo que se percebe ser de indiferença e "até de falta de respeito por parte de quem manda", afirmou, somando ainda à sua intervenção inicial o facto de que "a falta de valorização está a provocar uma enorme falta de professores".

Lucinda Manuela Dâmaso recordou que "sempre se pediu muito aos professores e pouco lhes é reconhecido pelo governo". Neste primeiro momento de intervenção veio ainda à tona a

questão do processo de avaliação, que na opinião da Presidente do SPZN "necessita de ser alterado", assim como "é preciso segurar os melhores com um diploma de concurso mais justo". O ADN da FNE foi então lembrado a fechar a sua prestação, como sendo de uma instituição "persistente e que não desiste".

Em seguida palavra para Manuel Teodósio, Presidente interino do SPZC (Sindicato dos Professores da Zona Centro), que começou por notar que "felizmente nos últimos tempos temos visto mais capas de jornal a chamar a atenção para a falta de professores. Parece que estão a acordar agora para o tema". Mas o dirigente da zona centro recordou que "há sensivelmente um ano, a FNE entregou um documento ao Ministério da Educação (ME) com medidas para a renovação da carreira docente. Este documento tinha um artigo específico para a problemática do envelhecimento da carreira. É por isso que podemos dizer que a FNE realiza um trabalho sindical exemplar".

Manuel Teodósio lembrou que a pandemia acentuou assimetrias, mas que acima de tudo falta muita vontade política, sendo que "é hora do governo reconhecer e dotar a educação de meios

financeiros para que se alcancem determinados objetivos. A falta de professores vai ser algo dramático nos próximos tempos, mas como se torna atrativa uma profissão que só aos 45 anos permite a entrada nos quadros?; que vive uma instabilidade permanente?; que apesar de oferecer nota máxima na avaliação aquela não garante a subida de escalão? ". De modo assertivo, o Presidente interino do SPZC fechou a sua prestação afirmando que "o ME devia reconhecer o empenho dos professores, mas a prioridade vai para fotos com feitos desportivos".

De seguida, a Presidente do SDPGL (Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo), Conceição Alves Pinto, fez um exercício de memória, recordando vários feitos da FNE que mostram a luta dignificada que vem sendo feito desde a sua criação em 1982. Apelidando de "inverno de negociação" este tempo em que o governo apresenta propostas, mas não aproveita nada daquilo que lhes é proposto, a líder do sindicato lisboeta recordou que "hoje em dia fala-se de precariedade, mas ela já vem do pós-25 de Abril e desde aí que a FNE tem lutado por alterações, alcançando grandes vitórias como na questão dos QZP's em 1988, que permitiu a vinculação de mais de 20 mil professores. Conceição Alves Pinto venceu que a FNE lutou desde sempre pela dignificação da carreira docente e pelo reconhecimento dessa carreira, realçando a terminar "que antigamente era difícil, mas em conjunto sempre conseguimos alcançar conquistas e criar alternativas para o que estava mal. É dessa forma que no futuro poderemos ganhar ainda mais".

Josefa Lopes, Presidente do SDPSUL (Sindicato Democrático dos Professores do Sul) tomou da palavra afirmando que "houve um decréscimo de 70% dos alunos em cursos de via ensino. Este

ano apenas se inscreveram 1.100 alunos. Assim será difícil rejuvenescer a carreira". Nas suas palavras, a via ensino "sempre teve a fama de ser uma senha para a fila do desemprego e, por outro lado, os cursos de formação não são estruturalmente atraentes", sendo que a todos estes problemas acresce o facto de serem cursos pouco práticos, algo que era importante alterar, de forma a permitir que os alunos no último ano de curso pudessem ir para as escolas e até obter alguma remuneração por isso, tal como acontecia nos modelos de formação anteriores.

Josefa Lopes acentuou que um dos maiores motivos de desmotivação para futuros professores é a questão do topo de carreira: "Em 2004/05 um professor atingia o topo com 26 anos de serviço. Agora com esses anos consegue estar no 3º ou 4º escalão. Já para não falar que continuamos a ter uma aposentação tardia e com penalizações. O governo tem de perceber que valorizar a escola é investir no futuro".

Depois atravessámos rapidamente parte do Atlântico para ouvir Ricardo Baptista, Presidente do SDPA (Sindicato Democrático dos Professores dos Açores), que defendeu que também ali "é urgente valorizar a carreira de professor". Isto porque "aqui nos Açores vivemos uma realidade não muito diferente do Continente na questão das deslocações. Poucos professores conseguem vir para aqui. Isso só vai ter melhorias quando se apostar em medidas políticas que melhorem as condições dos educadores de infância e professores, dotando-os de maior estabilidade profissional".

Depois vieram os números: "Só em Ponta Delgada faltam 70 professores. Isto demonstra a urgência que se coloca. É preciso mudar muita coisa, como por exemplo negociar um novo ECD

«Em 2004/05 um professor atingia o topo com 26 anos de serviço. Agora com esses anos consegue estar no 3º ou 4º escalão. Já para não falar que continuamos a ter uma aposentação tardia e com penalizações.»





Conceição Alves Pinto



Pedro Cabrita



Josefa Lopes



Ricardo Baptista

(Estatuto da Carreira Docente) aqui nos Açores. Reconfigurar linhas que lutem contra a precariedade e criar incentivos à fixação de professores aqui nas ilhas. O que pedimos é que todas as escolas tenham um regime específico de aposentação como a FNE tem pedido desde há muito. E esta situação, como outras, só muda se todos estiverem mobilizados".

Já Pedro Cabrita, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SDPM (Sindicato Democrático dos Professores da Madeira) trouxe a memória de que em 1984 um professor do Continente que fosse dar aulas para a Madeira tinha apoio na viagem de avião, na estada e ainda usufruía de um subsídio de insularidade. Hoje em dia, segundo referiu, "não sobra nada disto". Para o dirigente madeirense, a carreira tem sido atingida "pelos números do excel do Ministro das Finanças, mas aqui na Madeira também podemos referir algumas coisas positivas, como o caso da recuperação total do tempo de serviço, algo que motivou muito os professores".

Segundo Pedro Cabrita, a qualificação de professores continua a apresentar muita precariedade, chamando ainda a atenção para a necessidade de contratação de mais recursos humanos em várias áreas, desde docentes a não docentes: "É preciso passar do papel à prática e redefinir o rácio respetivo caso seja necessário", finalizando com um outro alerta de que urge encontrar soluções de compensação para os educadores de infância.

Coube a Teresa Soares, Presidente do SPCL (Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas) fechar o lote de oradores. A dirigente sindical, radicada na Alemanha, reforçou a ideia de a carreira além de ser pouco atraente "prejudica a vida familiar. Os governantes esquecem-se que somos pessoas. Deixem-nos ensinar, mas com direitos". O Ensino de Português no Estrangeiro

(EPE) tem perdido cada vez mais docentes, com um(a) professor(a) a ter que lecionar em três, quatro, escolas por semana, com alunos do 1º ao 12º ano. Ora em seu entender "este trabalho não é reconhecido. Temos apenas dois grupos remuneratórios, não nos podemos vincular, a precariedade é grande e temos cada vez menos alunos e menos professores.

Por outro lado, não há igualdade na candidatura em Portugal. Já foi uma luta enorme o termos conseguido concorrer na segunda prioridade. A única coisa que posso garantir é que o SPCL vai continuar a lutar. A tutela não quer negociar, quer é poupar", acrescentando que "o EPE tem cada vez menos direitos. O professor é alguém especial, com ligação afetiva aos alunos e estamos a perder isso. Queremos os nossos direitos como professores, como pessoas e como portugueses".

O SG da FNE sublinhou depois algumas das questões e afirmações que foram sendo colocadas pelos participantes, e lembrou que "neste Dia Mundial do Professor não se ouviu uma mensagem do Ministro da Educação". A este respeito, João Dias da Silva foi buscar as palavras de Joaquim Azevedo - na EDUsummit de 1 de outubro – segundo as quais "em educação quando não se melhora, só se piora".

De seguida, recordou que o lema da Internacional da Educação para o Dia Mundial do Professor 2021 era 'Sempre Presentes', que era visível na sua imagem de fundo do zoom: "Esse lema diz-nos muito, porque ser professor é ser sempre um profissional empenhado e preocupado. E a FNE está disposta a lutar por todos, e com todos, para alcançar as medidas políticas necessárias aqui referidas. Por muito a que o governo se recuse, a FNE não vai desistir. É esse o compromisso que assumimos nesta data".

João Dias da Silva deixou então as palavras finais desta iniciativa e em jeito de resumo afirmou que «esta foi mais uma ação que nos permitiu identificar os problemas, mas também os caminhos. Nós somos persistentes, como foi referido»

FILINTO LIMA: «AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO É UMA HIPOCRISIA ECONOMICISTA»

Na segunda metade desta entrevista, o professor Filinto Lima, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos (Vila Nova de Gaia) e Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), deixou vários alertas ao Governo para questões ligadas à docência e aos trabalhadores não docentes, numa viagem ao passado, presente e ao futuro do ensino em Portugal.

JORNAL FNE (JF) - DE ACORDO COM AS CONSULTAS FEITAS PELA FNE A DOCENTES E NÃO DOCENTES, A PANDEMIA PREJUDICOU O BEM-ESTAR MENTAL DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO. DE QUE FORMA É QUE OS SINDICATOS, AS ESCOLAS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES PODEM COLABORAR NUMA ESPERADA RECUPERAÇÃO?

Filinto Lima (FL) - Quando nos preocupamos com a escola também nos devemos preocupar com os professores. Essa questão da saúde mental é muito importante e nós diretores estamos atentos, sabendo que a situação foi agravada pela pandemia. Mas esta questão também passa por outra bastante importante que está a trazer mau ambiente às escolas, às salas de professores e quem sabe, à saúde mental dos nossos docentes, que é a avaliação de desempenho. A avaliação de desempenho não avalia nada. Se um aluno tiver excelente não lhe posso dar um bom. Isto é tudo uma hipocrisia economicista. No fundo, é tudo dinheiro que desvaloriza a carreira, o trabalho de excelência dos professores e os atira para uma classificação mediana, em vez de lhes atribuir a classificação merecida.

Nos próximos tempos, o Ministério da Educação tem de prestar atenção à avaliação de desempenho de professores, de diretores e à escassez de funcionários. Nós diretores somos avaliados noutra contexto, mas também somos avaliados. Tiramos boas notas, excelente e muito bom, mas na prática tiramos o bom. Isto é uma grande injustiça. É necessário dar a volta a este proble-

ma, valorizar a carreira docente e torná-la mais atrativa para os nossos jovens que, por ora, não pretendem vir a ser professores. O governo poderia contornar o obstáculo, mas não vi até agora qualquer indício de vontade para alterar esta situação.



JF – DE QUANTOS MANDATOS PRECISA UM DIRETOR PARA DEIXAR A SUA MARCA NUMA ESCOLA?

FL - Atualmente um diretor pode estar numa escola 16 anos (quatro mandatos de quatro anos cada). Já foram mais. No passado nem havia limite, mas concordo com essa limitação. Eventualmente, um diretor precisaria de dois mandatos de seis anos, ou seja um total de 12 anos de direção, para deixar a sua assinatura. No entanto, penso que em quatro, seis anos, um diretor já consegue deixar marcas positivas da sua liderança, porque para deixar marcas menos positivas bastam por vezes dois dias ou uma semana. Porém, defendo mandatos superiores a seis anos. Aliás, muitos diretores estão a cumprir o primeiro ano do seu último mandato. Eu próprio estou a entrar no meu 13º ano como diretor, que corresponde ao primeiro ano do meu quarto e último mandato neste agrupamento.

JF - COMO MAXIMIZAR AS LIDERANÇAS INTERMÉDIAS NUMA ESCOLA?

FL - As lideranças intermédias são fundamentais. Um diretor sozinho não faz nada. Os 811 diretores de todos o país fazem-se reunir de pessoas capazes, nomeadamente nas lideranças intermédias. São pessoas preocupadas em encontrar consensos, porque só assim uma escola pode evoluir. É uma evolução dentro da estabilidade. Se um diretor vai para uma escola, ou para qualquer instituição, aplicar diretivas para as quais não ouviu ninguém é um mau líder e deverá procurar outra função. Nós, diretores, somos muito sensíveis ao que os professores, alunos, pais, autarquias, dizem e queremos sempre o melhor para a nossa escola. É com base nesta permanente auscultação que lideramos as escolas, com apoio decisivo das lideranças intermédias, como coordenadores de diretores de turma, dos departamentos, as próprias coordenadoras das escolas - no caso das agrupadas - e outras que são determinantes.

JF - DE QUE MODO É QUE A VOZ DOS PROFESSORES PODE LEVAR AS ESCOLAS À INOVAÇÃO?

FL - É muito importante ouvir os professores, tendo em conta este processo de inovação que estamos a implementar nas escolas. Fala-se muito de escola digital, mas os professores aderem. Quando são ouvidos e opinam, lidam bem com a mudança. Estamos a tornar a escola mais digital. Eu recorde-me que ali por meados de fevereiro de 2020 - já se perspectivava o ensino remoto, por causa da pandemia - eu tinha uma professora na minha escola que dizia que não ia conseguir e que era complicado. Mas entretanto

quando o Primeiro-Ministro a 13 de março anunciou que no dia 16 tínhamos de estar em casa a aprender à distância, a professora adaptou-se muito bem. As escolas deram formação aos seus docentes e quero dizer-lhe que hoje essa professora - e vou exagerar - é quase 'doutora' em novas tecnologias e não abdica da sua utilização em contexto de sala de aula. Quando são motivados, os professores correspondem sempre e até superam as expectativas que temos, em relação a eles.

JF - AS ESCOLAS REFLETEM SOBRE A EDUCAÇÃO E OS SEUS GRANDES DESAFIOS ATUAIS?

FL - O meu receio é que nos estejamos a focar de mais no combate à pandemia, descurando outras muito importantes, como por exemplo a descentralização. Sei que o processo está a correr bem em alguns concelhos, nomeadamente no meu, em Vila Nova de Gaia, onde vamos apresentar à Câmara Municipal uma matriz de competências que achamos relevantes. Mas em algumas autarquias as escolas estão a passar ao lado de uma temática que, a partir do próximo dia 1 de abril de 2022, será obrigatória em todo o país. Por isso, preocupa-me em alguns concelhos o evoluir do processo de descentralização, até porque as comunidades educativas nem sempre estão a ser auscultadas neste processo.

Também me preocupa muito a 'pandemia' da escassez de professores. É um problema que vem de antes da pandemia, que ficou adiado, mas tem de emergir de novo para a discussão pública. Outro problema que também devia ser debatido é o modelo de acesso ao ensino superior. Antes da pandemia este foi um assunto muito debatido com a CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), que tem a mesma ideia da ANDAEP, mas que esmoreceu por causa do COVID-19. De repente, temos aqui três situações que me preocupam e que merecem um debate público para percebermos o caminho para a solução.

Sobre os professores a minha sugestão é que se abra um concurso extraordinário para que os contratados possam integrar os quadros das escolas. Sobre a descentralização gostava muito que os meus colegas participassem ativamente neste processo, para não serem apanhados 'nas curvas'. Já sobre o acesso ao ensino superior é uma questão que merece um debate amplo, com a anuência das instituições do ensino superior, nomeadamente dos seus reitores, que 'fogem' quando se fala em discutir um novo modelo. Para eles, o modelo atual é o ideal, mas nós temos uma posição contrária. Deixei aqui alguns desafios para os próximos anos que me preocupam sobremaneira.

Fala-se muito de escola digital, mas os professores aderem. Quando são ouvidos e opinam, lidam bem com a mudança. É uma altura de mudança, de tornar a escola mais digital.

ANDAEP



JF – COMEMORAMOS EM 24 DE NOVEMBRO O DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE. QUE MEDIDAS DEVERIAM SER IMPLEMENTADAS PARA VALORIZAÇÃO O PAPEL DESTES PROFISSIONAIS E PARA TORNAR ATRATIVA A SUA CARREIRA?

FL - Muitos trabalhadores não docentes estão ainda com contratos a prazo, numa carreira instável, que precisa de ser dignificada. E não falo só dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, mas também dos técnicos especializados. É preciso dar-lhes melhores condições de trabalho, estabilidade, passá-los para os quadros e rever a sua situação remuneratória. Relembro que o pessoal de apoio educativo é uma peça fundamental no funcionamento da escola. É verdade que sem professores e alunos a escola não funciona. Mas sem o trabalho dos assistentes técnicos, operacionais e agora, felizmente, dos técnicos especializados, nós não conseguimos abrir as portas. Por isso é necessário existir um maior investimento ao nível dos recursos humanos em relação a estes profissionais nas escolas.

JF - IMAGINEMOS DOIS CENÁRIOS: UM PROFESSOR EM 1990 E OUTRO EM 2021. SE UM PUDESSE FALAR COM O OUTRO QUE DIFERENÇAS APONTARIAM NO SEU DISCURSO?

FL - Está a falar com um professor que começou a sua carreira em 1988, numa escola em Castelo de Paiva e que está agora no sistema em 2021. Falando na parte mais negativa, comparando com anos 90, temos uma profissão docente mais burocrática. A educação é uma área onde em algumas situações há hoje em dia demasiada intervenção por parte dos pais, que muitas vezes usam a escola como 'bode expiatório' para os seus próprios problemas sociais. Nós, escola, somos muitas vezes o 'elo mais fraco'. Não é admissível que tal aconteça. Isso passa-se hoje e não se passava no século passado, um aluno ligar ao pai e o pai aparece logo na escola por uma situação caricata só porque o filho ligou.

Antes sentia mais alegria no trabalho na escola entre professores, mais cumplicidade, e é isto que temos de voltar a fazer, sendo que na minha opinião isso também depende muito de quem nos lidera no país. É verdade que temos um governo estável há uns anos, mas temo que daqui a algum tempo venha outro governo, da mesma cor ou diferente, e altere tudo. E nós professores andamos aqui numas ondas que não percebemos bem aonde nos levam. Acho que há muitas diferenças entre os dois professores que citou, mas também há coisas positivas. O parque escolar melhorou, as escolas estão mais digitais, há melhorias a vários níveis. Mas, de facto, a nível da motivação dos recursos humanos nas escolas, o nosso governo atual ou futuros têm obrigação de fazer muito mais e melhor.

É verdade que sem professores, alunos, a escola não funciona, mas sem o trabalho dos assistentes técnicos, operacionais e agora, felizmente, dos técnicos especializados, nós não conseguimos abrir as portas.



OS 45 ANOS DO SPZC E OS PRÓXIMOS TEMPOS

A 26 de outubro de 1976, foram publicados em Diário da República os Estatutos do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), a mais antiga estrutura sindical de professores do centro do país.

Deixo aqui um merecido reconhecimento e agradecimento aos seus fundadores e a todos os seus dirigentes e associados que, nestes 45 anos, se empenharam e contribuíram para que o SPZC seja hoje uma estrutura forte, coesa e reconhecida por todos.

Realço, também, o seu importante papel de cooperação com outras estruturas sindicais, nomeadamente na Federação Nacional de Educação (FNE), na União Geral de Trabalhadores (UGT) e na Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP), onde sempre se pautou por uma atitude de total empenho e de solidariedade sindical.

Ao longo da sua existência, o SPZC demonstrou uma enorme capacidade de se reinventar e flexibilizar, sempre que foi necessário, soube adaptar-se às novas realidades sem nunca se esquecer do seu principal objetivo, a defesa intransigente dos direitos dos educadores e professores, dignificando o ensino, a educação e o país.

Os milhares de associados que constituem a família do SPZC, assim como a permanente entrada de novos sócios, provam que o trabalho por nós desenvolvido no movimento sindical democrático e independente, com elevação e autenticidade, nos deve deixar a todos orgulhosos.

Continuaremos com todo o nosso empenho e dedicação neste honroso trabalho sindical, o qual nunca podemos dá-lo como concluído, fazendo jus ao lema que adotamos ao momento «RIGOR E CONFIANÇA».



Vivemos tempos de grandes incertezas quanto ao futuro, mas sabemos que não podemos deixar cair no esquecimento o atual estado de alma, onde um crescente descontentamento invade educadores e professores.

Reafirmamos a urgente necessidade de tornar a profissão docente atrativa a novos profissionais, de reestruturar os atuais concursos, por forma a corrigirem as várias incongruências e injustiças que ainda comportam, sem esquecer a redução da área geográficas de cada QZPs, permitindo assim uma maior e desejável estabilidade familiar e que na mobilidade interna sejam, também, considerados os horários incompletos.

Continuaremos a lutar pela recuperação de todo o tempo de serviço e fazer desaparecer as famigeradas quotas dos 5º e 7º escalões, pois só dessa forma é que muitos poderão alcançar o topo da carreira.

Mesmo assim, devo reconhecer, os professores apresentam-se de cara alegre aos seus alunos, pois são eles a razão do seu trabalho diário.

Manuel Teodósio
Presidente em exercício do SPZC

SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO

1976 • 45 anos • 2021

45
anos

RIGOR E CONFIANÇA

O QUE PRETENDEM OS PORTUGUESES DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS?



A negociação do Orçamento de Estado para 2022 vem mais uma vez provar, à exaustão, que os trabalhadores da administração pública portuguesa são os mais mal-amados deste país, não trazendo à colação todo o processo desenvolvido pela Troika, no que concerne às condições de trabalho e salariais destes trabalhadores. Recordemo-nos do aumento das horas de trabalho, cortes salariais e congelamento dos salários e carreiras desde há quase década e meia, sim, 15 anos.

Portanto encontramos-nos perante cerca de seiscientos mil trabalhadores da Administração Pública, sem qualquer aumento salarial, à exceção do salário mínimo - faça-se justiça neste caso e sem perspetiva de evolução nas suas carreiras. Temos a crescer a esta questão salarial saber o que pretendem fazer as autarquias com os assistentes técnicos das escolas públicas, que transitarão obrigatoriamente para o seu mapa de pessoal, pois circulam rumores que não podem deixar os STAAE's tranquilos, antes pelo contrário, muito intranquilos, e que o futuro não nos dê razão.

Recordamos aqui também os demais trabalhadores da Administração Pública, que tão mal têm sido tratados pelos respectivos ministros, e em especial o Ministro da Educação, que nem se presta a negociar com os sindicatos da educação, e por alguma razão as greves estão anunciadas.

E aqui questionamo-nos.

Com trabalhadores mal remunerados, sem perspetiva de carreira, a trabalhar com equipamentos obsoletos, nomeadamente os informáticos e as maquinarias dos hospitais avariadas, carros obsoletos nas forças policiais e espaços degradados - vejam-se as instalações policiais e algumas escolas -, e quando se fala em sede do Orçamento do Estado num aumento irrisório para os Trabalhadores da Administração Pública constatamos, nos debates sobre economia nas nossa televisões, uma crítica permanente ao aumento proposto, que irá ter efeitos gravíssimos no desequilíbrio do orçamento e da dívida pública.

Para terminarmos, fica aqui a pergunta cuja resposta valerá certamente um milhão de euros. Afinal o que pretende este país dos seus trabalhadores da Administração Pública?

Sem equipamentos e instalações dignas, sem carreiras atrativas, salários baixos e congelados, a Administração Pública assim não conseguirá efetuar um serviço de excelência como gostaríamos de fazer, apesar de continuarmos a prestar um serviço público sempre digno, com elevado custo na saúde dos trabalhadores públicos.

João Góis Ramalho
Presidente do STAAE Zona Centro

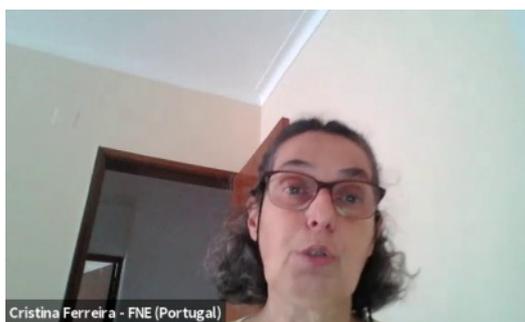


STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

CRISTINA FERREIRA RECONDUZIDA NA PRESIDÊNCIA DO STAAESRA



Cristina Ferreira foi reeleita Presidente do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (STAAESRA) na Assembleia Geral que se realizou a 16 outubro em modo online.

Num encontro que contou com a participação de dezenas de sócios e dirigentes, foi apresentado um balanço das atividades do sindicato no último quadriénio, assim como o relatório de contas

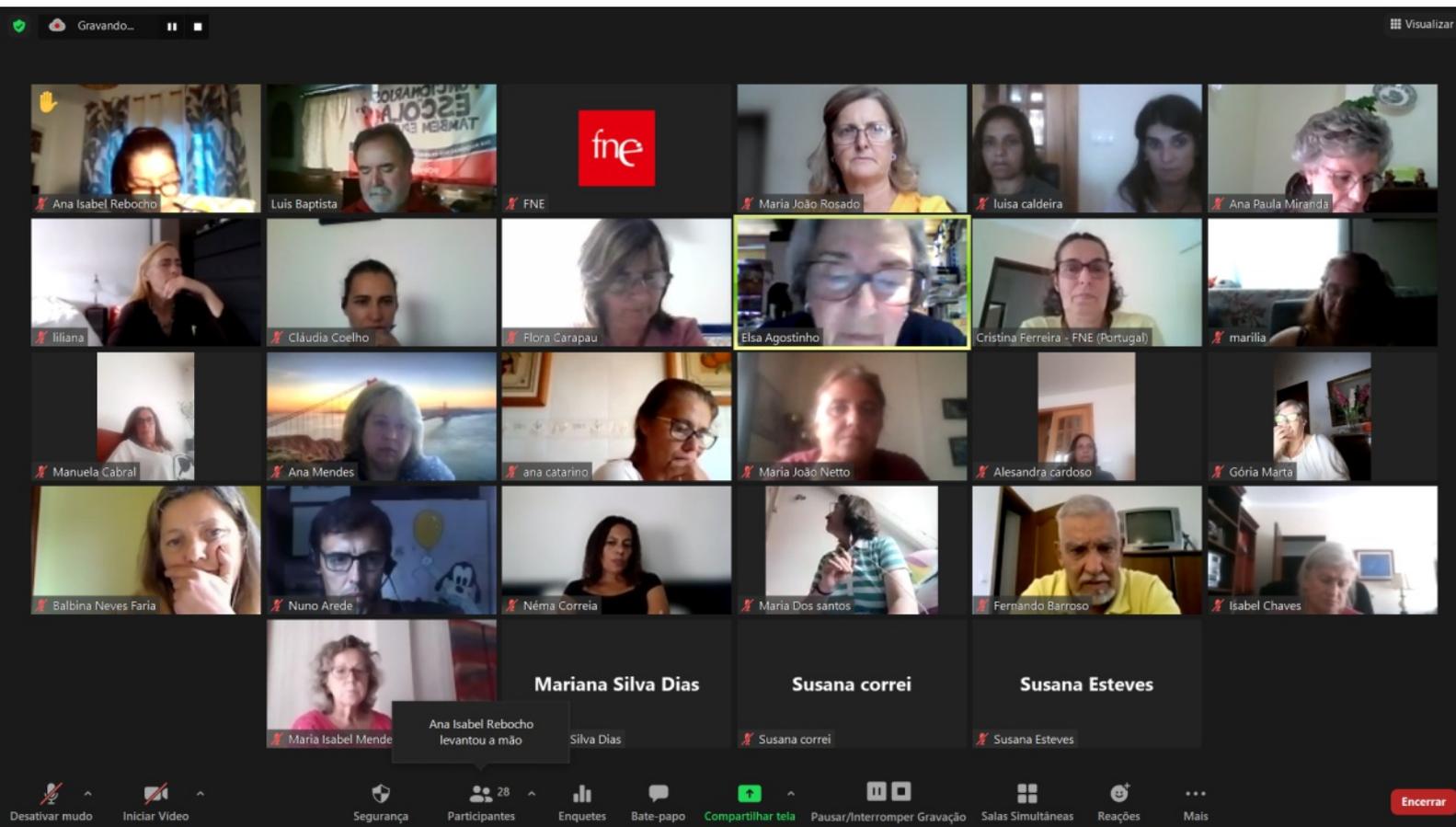
deste exercício e o plano de atividades até 2025, numa Assembleia Geral em que ficou ainda definida a entrada do STAAESRA na AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho).

Cristina Ferreira foi então reconduzida no cargo de Presidente, tendo sido eleita para 1ª Vice-Presidente, Glória Marta e para 2ª Vice-Presidente, Luís Baptista.

A Presidência do Conselho Geral será agora assumida por Ana Paula Miranda que substitui no cargo Elsa Agostinho, sendo que para o lugar de Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas foi eleita Lúcia Timóteo.

No final desta reunião magna do STAAESRA, foi proposto e aceite que o nome de Elsa Agostinho conste agora como Presidente honorária deste Sindicato.

Cristina Ferreira foi então reconduzida no cargo de Presidente, tendo sido eleita para 1ª Vice-Presidente, Glória Marta e para 2ª Vice-Presidente, Luís Baptista.



DIA NACIONAL DO TRABALHADOR NÃO DOCENTE



www.fne.pt

20 DE NOVEMBRO DE 2021

Auditório do Centro de Promoção Social do Concelho de Tabuaço
Rua Dr. Manuel Moutinho

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, COM
PROFISSIONAIS RECONHECIDOS E VALORIZADOS**



RELATÓRIO DA IE DIZ QUE PROFESSORES ESTÃO SOBRECARRREGADOS, MAL PAGOS E DESVALORIZADOS



No Dia Mundial do Professor de 5 de outubro de 2021, os sindicatos da educação de todo o mundo mostraram a sua indignação, à medida que os resultados de novas investigações revelam a evidência de que os professores em todo o mundo estão **sobrecarregados, mal pagos e subestimados**. Esta é também a conclusão do relatório de 2021 da Internacional da Educação (IE) sobre “A Situação Global dos Professores e da Profissão Docente”, de acordo com dados de 2020 recolhidos junto de 128 líderes sindicais em 94 países, na era do COVID-19, que teve um grande impacto na Educação.

Na verdade, com o encerramento de escolas em todo o mundo, aumentou a valorização dos professores e do trabalho que realizam com os seus alunos, por parte da sociedade. No entanto, essa consciencialização não gerou melhorias estruturais, como mais investimentos, mais apoios e melhores condições de trabalho para os educadores e docentes. Na verdade, os orçamentos para a educação caíram 65% nos países de baixo e médio rendimentos e 33% nos países de rendimentos altos e médio altos.

O relatório 2021 da IE sobre a Situação Global dos Professores e da Profissão Docente, em todos os níveis de educação, aponta para a falta de condições de todo o sistema para atrair uma nova geração de jovens educadores para a profis-

são. E a contínua falta de professores em muitos países do mundo mina o direito de todos os alunos poderem ser educados por um professor devidamente qualificado.

“O que estamos a aprender com esta pandemia?”, questionou o norte-americano David Edwards, Secretário-Geral da IE. “Em primeiro lugar, os Professores e os Trabalhadores Não Docentes foram acima e além por causa dos seus alunos. Este relatório é uma indicação clara de que os governos precisam de fazer um investimento urgente nos professores e nos alunos que eles educam. Aumentar os salários dos professores e reduzir a carga de trabalho é essencial para recrutar os melhores profissionais para a profissão e garantir uma educação de qualidade para todos”.

Para David Edwards, os movimentos recentes de políticas educativas tendem a transferir a responsabilidade e culpar os professores, por questões pelas quais os sistemas educativos são responsáveis. Uma agenda profissional inteligente requer um plano negociado coletivo e em conjunto com a profissão: “Tal caminho deve ser visto como um movimento fundamental em direção a um **profissionalismo inteligente**. O desenvolvimento conjunto da Estrutura Global de Padrões de Ensino Profissional pela IE e pela UNESCO é exemplar nesse sentido”.

SALÁRIO, CONDIÇÕES E CARGA DE TRABALHO

O relatório da IE, da autoria do Professor australiano Greg Thompson, da Universidade de Tecnologia de Queensland, descreve os fatores que afetam a situação dos trabalhadores da educação em todo o mundo, como os salários e condições de trabalho, bem como a autonomia profissional e a representação dos professores nos meios de comunicação social. Algumas das principais descobertas incluem:

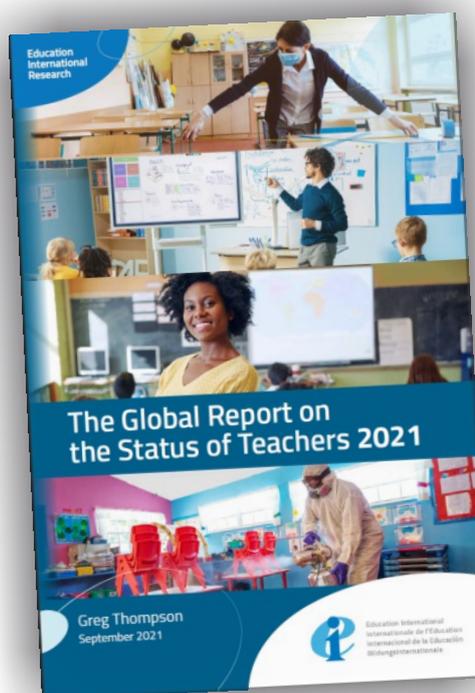
- **Os salários** dos professores são muito baixos, as condições estão a deteriorar-se e a infraestrutura para apoiar o ensino e a aprendizagem não é uma prioridade para o investimento dos governos. Mais de 42% dos entrevistados afirmaram que houve uma deterioração nas condições de trabalho dos educadores e professores nos últimos três anos e 84% indicaram que os salários diminuíram durante a pandemia da COVID-19.
- **A carga de trabalho** intensificou-se. Mais de 55% dos entrevistados afirmaram que o volume de trabalho era incontrolável. E mais de 66% dos entrevistados consideraram que os requisitos “administrativos” estavam a contribuir para as pressões excessivas da carga de trabalho para os profissionais da educação.
- **O abandono da profissão** foi relatado como um problema em todos os níveis académicos, sendo o do ensino primário o mais alto (33,1%) e o do ensino superior o mais baixo (17,3%). Para 48% dos entrevistados a profissão docente não é uma profissão atrativa para os jovens.
- **O emprego precário** está também a crescer. Quase 60% dos entrevistados apontaram a prática do uso de contratos casuais e de curto prazo para empregar professores e académicos. Em alguns locais, incluindo a África Subsaariana e o Sudoeste Asiático, muitos professores contratados relataram receber um salário inferior ao dos professores permanentes, um suporte profissional inadequado e condições de trabalho ruins.

- **A formação contínua** permanece insuficiente para os professores. Muitos perceberam que era de baixa qualidade, não diretamente relevante para os problemas que os professores estavam a enfrentar nas escolas e obrigava a um custo financeiro pessoal, sem benefícios claros para a carreira.

Os respondentes também foram questionados sobre as suas recomendações para melhorar o estatuto da profissão, afirmando que o foco no salário, nas condições do exercício profissional e, em particular, na carga de trabalho seriam elementos valiosos a considerar. Políticas e práticas positivas neste campo incluem a contratação de um número adequado de educadores, professores e pessoal de apoio educativo e ainda a garantia de que os sistemas educativos possuam recursos suficientes para uma educação de alta qualidade para todos.

A IE é a Federação Sindical Global que reúne organizações sindicais de educadores, professores e trabalhadores não docentes de todo o mundo. Com 383 organizações filiadas, entre as quais a FNE, em Portugal, representa mais de 32 milhões de educadores em 178 países e territórios, de África, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina, América do Norte e Caraíbas.

Os respondentes também foram questionados sobre as suas recomendações para melhorar o estatuto da profissão, afirmando que o foco no salário, nas condições do exercício profissional e, em particular, na carga de trabalho seriam elementos valiosos a considerar.



CIMEIRA INTERNACIONAL DA PROFISSÃO DOCENTE 2021: MAIS DIÁLOGO SOCIAL E MAIS EQUIDADE NA EDUCAÇÃO



Sob o lema "Aprender com o Passado, Olhar para o Futuro: Excelência e Equidade para todos", a IE e a OCDE disponibilizaram a sua visão em dois relatórios distintos.

A Cimeira Internacional da Profissão Docente decorreu online nos passados dias 19, 20 e 21 de outubro, numa organização conjunta da Internacional da Educação (IE), da OCDE e dos Estados Unidos da América, que este ano ficou a cargo da operacionalização do evento.

Sob o lema "Aprender com o Passado, Olhar para o Futuro: Excelência e Equidade para todos", a IE e a OCDE disponibilizaram a sua visão em dois relatórios distintos a respeito, destacando, no contexto da pandemia em que ainda vivemos, o quanto as jurisdições em todo o mundo precisam fornecer, simultaneamente, uma educação de alta qualidade e um acesso equitativo.

Para a organização, encontramos-nos num momento decisivo em que os países podem optar por duas vias: reimaginar a educação para aprimorar o potencial humano e o futuro e fornecer a todas as crianças a oportunidade de prosperar; ou podemos deixar de enfrentar as inadequações dos nossos sistemas educativos atuais e perder a oportunidade de alcançar a excelência e igualdade para todos.

Assim sendo, a educação deve atender às necessidades totais da criança ("whole child con-

cept"), melhorar o bem-estar do aluno e do professor, adotar medidas mais amplas de sucesso, desenvolver resiliência para responder e mitigar o impacto de choques futuros e manter um foco implacável na equidade.

Dentro deste tema abrangente, três questões mais específicas emergiram: 1) Qual a melhor maneira da profissão de professor apoiar o bem-estar do aluno?; 2) Como valorizar e apoiar a profissão docente e o bem-estar dos professores?; e 3) De que apoio precisam os professores, incluindo a colaboração com outros trabalhadores não docentes e de outras profissões, para melhorar o bem-estar e a saúde mental dos alunos?

Igualmente em foco mais duas questões essenciais: De que modo é que os governos e as organizações sindicais de professores se podem unir para determinar as medidas mais amplas e multidimensionais de sucesso que incorporam a criança como um todo? E finalmente de que modo é que os governos e os sindicatos podem colaborar em estratégias que estão incansavelmente focadas na equidade, para fazer avançar o futuro da educação e garantir uma educação excelente para todos?

COLABORAÇÃO INTENCIONAL PRECISA-SE

A resposta a estas duas últimas questões foi - tanto de parte da IE, da OCDE e do Secretário de Educação dos EUA, Miguel Cardona - a de que é preciso desenhar e por em prática aquilo que se chamou de uma “**colaboração intencional**” entre governos e sindicatos da educação, para confrontarmos os desafios do presente e do futuro.

A Cimeira Internacional da Profissão Docente 2021 teve um fator inédito, que foi o de dedicar todo o dia 20 de outubro, a reuniões individuais de todas as delegações nacionais, nos seus respetivos países.

Deste modo, a delegação portuguesa, liderada pela Secretária de Estado da Educação, Inês Rami- res, e constituída ainda por Joaquim Santos (FNE), Manuela Mendonça (FENPROF) e por uma professora do ensino secundário, convidada pelo

Ministério da Educação, reuniu na manhã e tarde de 20 de outubro, no Centro de Caparide, em São Domingos de Rana, Cascais, onde chegaram a um acordo de dois temas e três compromissos na educação, para serem avaliados na próxima educação da Cimeira, a decorrer presencialmente entre 11 e 13 de maio de 2022, em Valência.

FNE e FENPROF concertaram as suas intervenções de cinco minutos cada na Cimeira, onde sublinharam a ausência de diálogo social com o Ministro da Educação e alguns dos constrangimentos que mais afligem os professores em Portugal. A FENPROF interveio no dia 19 de outubro e a FNE no dia 21, cabendo-lhe mencionar o compromisso feito, esperando que venha a ser cumprido pela tutela.

A delegação dos EUA, organizadora da Cimeira, demonstrou uma grande unidade entre a administração Biden na Educação e as maiores organizações sindicais do país.

A Cimeira Internacional da Profissão Docente 2021 teve um fator inédito, que foi o de dedicar todo o dia 20 de outubro, a reuniões individuais de todas as delegações nacionais, nos seus respetivos países.

PRIORIDADES E COMPROMISSOS

DUAS PRIORIDADES:

1 - Não basta recuperar: é necessária uma “abordagem integral” ao bem-estar de alunos e professores, como ferramenta para reconstruir melhor as nossas Comunidades Educativas.

2 - Trabalhar em conjunto numa abordagem cooperativa para tornar a Profissão Docente mais atrativa, para recrutar novas gerações de profissionais de ensino qualificados, motivados e capacitados.

TRÊS COMPROMISSOS:

1 - A Profissão Docente como uma Profissão Enriquecedora:

Desenvolver estratégias e medidas de política conjuntas para potenciar a atratividade e o rejuvenescimento da profissão docente, nomeadamente através da melhoria dos mecanismos de médio prazo que ampliem a estabilidade dos recrutamentos e a promoção de uma Campanha Nacional de Atratividade da Profissão Docente.

2 - Apoiar os Professores desde o Início:

Refletir coletivamente (Ministério, Sindicatos e Professores) sobre os percursos de formação inicial e sobre o papel do professor como tutor, nomeadamente reforçando a dimensão prática da formação inicial de professores, promovendo condições favoráveis ao nascimento de uma relação mestre / aluno eficaz, beneficiadora da experiência dos mais velhos e da inovação dos mais jovens.

3 - O Bem-Estar dos Professores e dos Alunos, duas faces da mesma moeda:

Uma política conjunta, assente na multidisciplinaridade e no apoio técnico, que potencie a autonomia da escola e os contextos flexíveis, como condição fundamental para a busca do bem-estar de professores e alunos, nomeadamente cortando burocracias inúteis e promovendo procedimentos mais eficientes e simplificados.



OMS REVELA: MAIS DE 700 MILHÕES DE HIPERTENSOS SEM TRATAMENTO



Total de pacientes duplicou desde 1990; Moçambique está entre os 10 países do mundo com a menor taxa de tratamento, enquanto Portugal está entre as nações com as maiores taxas; esta é a primeira análise mundial completa sobre prevalência, deteção, tratamento e controle da condição.

O número de adultos entre 30 e 79 anos com hipertensão duplicou de 650 milhões em 1990 para 1,28 milhão de milhões em 2019. E o mais grave é que entre estes pacientes, 720 milhões não estão recebendo qualquer tipo de tratamento. Estes são os principais dados revelados pela primeira análise mundial abrangente sobre as tendências de prevalência, deteção, tratamento e controlo da

hipertensão. O estudo foi produzido pela Organização Mundial da Saúde - OMS e pelo Imperial College de Londres e foi publicado recentemente pela revista especializada "The Lancet".

A OMS destaca que a hipertensão aumenta de forma considerável o risco de enfermidades cardíacas e de doenças cerebrais e renais, além de ser uma das principais causas de morte no mundo. Mas a agência lembra que o problema é fácil de ser detetado, medindo a pressão arterial em casa, numa farmácia ou num centro de saúde. No caso de pressão alta, o tratamento é – felizmente – eficaz, com um medicamento de baixo custo.

Alguns países de língua portuguesa são destacados no estudo. São Tomé e Príncipe é a quinta nação do mundo com a maior prevalência de hipertensão entre mulheres. Já Portugal é o oitavo país com a maior taxa de tratamento de mulheres hipertensas. Por outro lado, Moçambique é o terceiro país do mundo com o menor índice de tratamento entre homens e o nono em relação às mulheres. Canadá, Peru e Suíça são os países com menos casos de hipertensão, enquanto República Dominicana, Jamaica e Paraguai detêm as maiores taxas mundiais.



LITERACIA EM SAÚDE PREVINE DOENÇAS

Segundo a OMS, 580 milhões de pessoas que participaram no estudo desconheciam que eram hipertensas, pois nunca haviam sido diagnosticadas. A agência também está a lançar uma nova diretriz para o tratamento da hipertensão em adultos. Trata-se de recomendações para ajudar os países a melhorar o tratamento da condição.

A OMS destaca que são as primeiras orientações do tipo em 20 anos, incluindo que tipo de medicamento e com que frequência o utilizar; qual o nível indicado para começar a tomar remédios e qual a frequência com que se deve fazer seguimentos de controlo dos níveis da pressão arterial.

Dado o seu nível de exigência, de excesso de carga de trabalho, de stresse e outros riscos psicossociais, não seria de estranhar um elevado nível de hipertensão entre os educadores e professores em Portugal, até porque a idade é também um fator de peso a ter em conta. Estudos feitos em alguns países indicaram uma prevalência de 20 % de Hipertensão Arterial Sistémica (HAS) entre os avaliados, sobressaindo assim uma relação entre essa condição e o perfil ocupacional de docentes.

Assim sendo, a avaliação do risco cardiovascular - e seus fatores associados - em professores deve estar assumida nas políticas educativas nacionais, em todos os níveis de ensino. Numa altura em que se defende o “conceito do aluno integral” torna-se evidente a necessidade de se olhar para o “conceito do professor integral”, onde incluímos o respeito pela vida pessoal e familiar, a saúde e o bem-estar dos educadores, como defende a FNE nos seus documentos de política nacional.

De lembrar a propósito que, indo contra a posição do Governo, que tinha excluído os hipertensos e diabéticos do regime excecional de proteção de imunodeprimidos e doentes crónicos, quando foi da pandemia, a Assembleia da República acabou por retomar a proteção legal daquelas duas condições particulares, através da Lei nº 31/2020, de 11 de agosto, produzindo efeitos a 3 de

maio. Na prática, esta lei foi a primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, alterando as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

Naquela sequência, hipertensos e diabéticos regressaram à lista dos trabalhadores que, na impossibilidade de teletrabalho, poderiam justificar as suas faltas mediante apresentação de declaração médica, preservando a sua remuneração na íntegra, nos primeiros 30 dias.

Prevenir a hipertensão é também muito importante para alunos, escolas e comunidades educativas, em geral. Na sua tese de mestrado em Gestão de Saúde, de título “Avaliação do nível de literacia em saúde e a sua relação com o índice de massa corporal nos professores em Portugal”, de 2020, Cláudia Alexandra Sousa observou uma correlação negativa entre ambos, o que impacta, entre outras, em doenças como a obesidade, diabetes ou doenças cardiovasculares.

A autora especifica: “Existe relação entre o nível de literacia em saúde e o índice de massa corporal, hipertensão arterial, hipercolesterolemia e número de doenças cardiometabólicas em simultâneo, patologias estas bastante influenciáveis por comportamentos modificáveis, nos quais a literacia em saúde pode ter um papel preponderante”.

Assim sendo, conclui Cláudia Alexandra Sousa, “tendo em consideração que, a par da família, os professores são os principais mediadores de literacia em saúde na infância, a promoção da literacia desta população é fundamental e urgente, alinhada com as estratégias nacionais”.

Dado o seu nível de exigência, de excesso de carga de trabalho, de stresse e outros riscos psicossociais, não seria de estranhar um elevado nível de hipertensão entre os educadores e professores em Portugal.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE SETEMBRO A 25 DE OUTUBRO DE 2021

[Declaração de Retificação nº 32/2021](#)
[DR nº 188/2021, Série I de 2021-09-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei nº 77-A/2021, de 27 de agosto, que estabelece o procedimento para o reforço do número de vagas de acesso ao ensino superior através da transferência das vagas fixadas e não ocupadas nos concursos especiais.

[Decreto-Lei nº 78-A/2021 - DR nº 190/2021](#)
[Série I de 2021-09-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 135-A/2021 - DR nº 190/2021](#)
[Série I de 2021-09-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

[Portaria nº 425/2021 - DR nº 190/2021](#)
[Série II de 2021-09-29](#)

Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação - Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro da Educação

Regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção dos cargos de direção das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação.

[Despacho nº 9867-A/2021 - DR nº 197/2021](#)
[1º Suplemento, Série II de 2021-10-11](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do reitor da Universidade de Lisboa.

[Declaração de Retificação nº 33/2021](#)
[DR nº 199/2021, Série I de 2021-10-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei nº 78-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Declaração de Retificação nº 696/2021](#)
[DR nº 199/2021, Série II de 2021-10-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Retifica o Despacho nº 9276-A/2021, publicado no DR, 2.ª série, nº 183, 2.º suplemento, de 20 de setembro de 2021, que aprova a revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, republicado pelo Despacho nº 9138/2020, de 25 de setembro.

[Deliberação nº 1043/2021 - DR nº 199/2021](#)
[Série II de 2021-10-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece as regras relativas à utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso.

[Despacho nº 10085/2021 - DR nº 202/2021](#)
[Série II de 2021-10-18](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Autoriza a realização de projetos-piloto de partilha de turmas, no âmbito do ensino profissional, nos estabelecimentos de ensino de nível não superior.

[Portaria nº 212/2021 - DR nº 203/2021](#)
[Série I de 2021-10-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regista os Estatutos da Universidade Lusíada.

[Despacho nº 10357/2021 - DR nº 206/2021](#)
[Série II de 2021-10-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



www.fne.pt

GREVE

5 NOV 2021

**os PROFESSORES E
EDUCADORES
NÃO PODEM CONTINUAR A SER
ESQUECIDOS E
DESVALORIZADOS!**

-  *Pela concretização de um efetivo diálogo social no setor da Educação.*
-  *Por um Orçamento de Estado para 2022 que atribua à Educação os recursos financeiros adequados.*
-  *Pela promoção de uma escola de qualidade, com políticas de reconhecimento e valorização de todos os Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Básico, Secundário e Formadores.*

SPZN
Sindicato
Professores do 1.º e 2.º ciclos

SPZC
SINICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SDP
SUL

SDPA
SINICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES

